



07/06/2023 11:00 - Operação Fim da Linha – do Oiapoque ao Chuí: Polícia cumpre 403 mandados judiciais em 22 estados e no DF



A Polícia Civil do Rio Grande do Sul cumpre 403 mandados de busca e apreensão, na manhã desta quarta-feira (7), em 22 estados brasileiros, além do Distrito Federal, contra uma organização criminoso investigada por lavagem de dinheiro obtido com o tráfico de drogas.

Na lista de bens que serão apreendidos estão: 187 veículos, sete embarcações e nove aeronaves, o que soma R\$ 43 milhões. Quatro mandados de prisão preventiva estão sendo cumpridos no Mato Grosso do Sul. A polícia ainda averigua a situação de 42 imóveis usados pelo grupo criminoso.

A Polícia Civil prendeu, até agora, uma pessoa preventivamente no Mato Grosso do Sul e três em flagrante

por tráfico de drogas e posse ilegal de arma de fogo no Rio Grande do Sul, em Minas Gerais e no Mato Grosso do Sul. Além disso, houve a apreensão de R\$ 1 milhão em dinheiro no Mato Grosso do Sul.

A Operação "Fim da Linha – do Oiapoque ao Chuí" é a quarta etapa de uma investigação iniciada ainda em 2021 e conta com o apoio de 1,3 mil policiais.

No Rio Grande do Sul, os municípios de Barra do Quaraí (13 mandados) e de Uruguaiana (6 mandados), ambos localizados na fronteira com a Argentina, são os locais com o maior número de ações judiciais a serem cumpridas.

Na região, de acordo com a Polícia Civil, o principal alvo é uma rede de supermercados suspeita de envolvimento com a lavagem de dinheiro. A empresa teria recebido dinheiro de duas empresas e de uma pessoa física do Mato Grosso do Sul.

Já em Santa Catarina, são cumpridos quatro mandados de busca e apreensão em Florianópolis, Itajaí, Meia Praia e Itapema.

A investigação envolve suspeita de lavagem de dinheiro, que seria feita por organizações criminosas relacionadas ao tráfico de drogas não apenas no Rio Grande do Sul, mas também em outros estados, incluindo organizações com base na Região Sudeste.

Como a investigação começou

A Operação "Fim da Linha" começou a partir de investigações da Delegacia de Repressão às Ações Criminosas Organizadas (DRACO) de Passo Fundo, no Norte do Rio Grande do Sul, ainda em 2021. O objetivo era inicialmente o de dismantelar a ação de organizações criminosas que atuavam junto ao tráfico de drogas, ao comércio de armas e ao contrabando de cigarro em diversas regiões do Rio Grande do Sul.

A primeira e a segunda fases da operação ocorreram em fevereiro de 2022, enquanto a terceira foi em julho do mesmo ano. De acordo com a Polícia Civil, nas três primeiras fases da operação, além de apreensão de dezenas de veículos e bloqueios de contas bancárias, já haviam sido feitas 65 prisões, além do cumprimento de 110 mandados de busca e apreensão, e da apreensão de 720 quilos de maconha e de 26,8 quilos de cocaína.

Os telefones apreendidos nas três primeiras fases da operação possibilitaram que as investigações tivessem acesso a amplo conteúdo relacionado a tráfico de drogas, compra e venda de armas de fogo, contrabando de cigarro e operações bancárias.

Lavagem de dinheiro

É justamente sobre a lavagem de dinheiro que a quarta fase da operação se concentra: contas bancárias de pessoas físicas e jurídicas estariam sendo amplamente usadas para permitir a circulação de dinheiro obtido por parte das organizações criminosas. Muitas dessas contas, aliás, já estavam sendo investigadas por participarem previamente de atividades semelhantes junto a duas das maiores organizações criminosas do país.

Foi constatado ao longo das investigações que vários dos suspeitos que surgiram a partir de quebras de sigilo telefônico são moradores de outros estados, como Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Goiás e Bahia. Foi verificado pela Polícia Civil que pessoas físicas e jurídicas atuavam como "laranjas" ao lavarem dinheiro para organizações criminosas. Os suspeitos movimentavam quantias incompatíveis com seu contexto socioeconômico, no caso de pessoas físicas, ou com sua atividade-fim, no caso das jurídicas.

A partir de quebras de sigilo bancário referentes ao período entre janeiro e setembro de 2021, a Polícia Civil identificou ao todo uma movimentação de mais de R\$ 293 milhões entre os investigados. Segundo dados levantados pelas autoridades policiais e obtidos pelo g1 RS, um dos suspeitos teria movimentado R\$ 6 milhões em poucos meses e outro suspeito teria transferido cerca de R\$ 36,5 milhões no período investigado. Em ambos os casos, as quantias são incompatíveis com as funções desempenhadas pelas pessoas físicas investigadas.

Em outros casos, a partir de quebras de sigilo bancário, a Polícia Civil descobriu pessoas jurídicas que atuavam como "empresas fantasma", administrando grandes quantias em contas bancárias sem justificativa contábil aparente. Uma dessas empresas teria movimentado R\$ 94,9 milhões em poucos meses, enquanto outra geriu mais de R\$ 27,7 milhões.

Fonte: g1 RS e RBS TV

Notícias RO